

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2019 da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. – SICOOB NORTE SUL, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 07 de maio de 2019 o SICOOB NORTE SUL completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB NORTE SUL obteve um resultado negativo de R\$ 161.651,15 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de -1,4%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 18.846.519,62. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 45.407.890,93.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 5.943.175,27	13%
Carteira Comercial	R\$ 39.464.715,66	87%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 15,4% da carteira, no montante de R\$ 7.015.622,98.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 55.007.845,11, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 22,7%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 18.842.836,66	34%
Depósitos a Prazo	R\$ 36.165.008,45	66%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 21,3% da captação, no montante de R\$ 11.703.185,38.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB era de R\$ 8.298.695,60. O quadro de associados era composto por 13.354 Cooperados, havendo um acréscimo de 15,1% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através de uma ferramenta que calcula o

risco/límite do associado denominada “CRL”, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB NORTE SUL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião dos delegados eleitos pelos os associados para representa-los perante a Cooperativa, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui uma Área de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, verifica o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e das normas do sistema cooperativo.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Norte Sul aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das

Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. Sendo assim, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Além disso, em 30 de junho de 2019, devidamente regulamentado pelo Conselho de Administração foi constituído o Comitê de Ética do Sicoob Norte Sul.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB NORTE SUL registrou 58 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimentos de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 58 reclamações, 27 foram consideradas procedentes 31 consideradas improcedentes. As demandas foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Gandu, Bahia, 30 de março de 2020.

Afrorisval Olímpio de Almeida
Presidente

Magna Gomes Matos
Diretora Administrativa

Gabriel dos Santos Chagas
Diretor Operacional



COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA

SICOOB NORTE SUL

CNPJ: 02.876.918/0001-24

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em Reais - R\$)

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES	42.182.974,68	37.185.909,18
CAIXA E BANCO	1.672.232,00	389.358,43
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS Nota 6	18.846.519,62	13.618.420,80
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	18.846.519,62	13.618.420,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO Nota 7	20.580.082,65	22.666.935,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.318.983,58	25.681.886,71
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(2.738.900,93)	(3.014.950,93)
OUTROS CRÉDITOS Nota 8	627.506,60	402.034,91
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	178.803,37	117.218,31
RENDAS A RECEBER	67.250,25	64.288,41
DIVERSOS	507.248,60	316.910,64
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(125.795,62)	(96.382,45)
OUTROS VALORES E BENS Nota 9	456.633,81	109.159,26
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	406.200,00	6.200,00
(-) PROV. PARA DESV. DE OUTROS VALORES E BENS	(6.200,00)	(6.200,00)
DESPESAS ANTECIPADAS	56.633,81	109.159,26
NÃO CIRCULANTE	28.754.492,66	21.109.488,39
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Nota 5	24.096.944,87	16.590.579,39
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	3.123.954,63	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO Nota 7	20.972.990,24	16.590.579,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.088.907,35	17.805.653,38
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(1.115.917,11)	(1.215.073,99)
PERMANENTE	4.657.547,79	4.518.909,00
INVESTIMENTOS Nota 10	3.153.921,71	2.797.506,50
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	3.153.921,71	2.797.506,50
IMOBILIZADO DE USO Nota 11	1.478.669,59	1.660.716,93
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	840.395,45	983.103,18
OUTROS	638.274,14	677.613,75
INTANGÍVEL Nota 12	24.956,49	60.685,57
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	24.956,49	60.685,57
TOTAL DO ATIVO	70.937.467,34	58.295.397,57
PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
DEPÓSITOS Nota 13	59.091.754,17	46.540.704,08
DEPÓSITOS A VISTA	18.842.836,66	15.480.268,53
DEPÓSITOS SOB AVISO	40.788,32	41.054,70
DEPÓSITOS A PRAZO	36.124.220,13	29.319.545,45
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS Nota 14	34.329,65	70.001,04
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	34.329,65	70.001,04
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES Nota 15	2.456.070,83	-
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.456.070,83	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.593.508,58	1.629.834,36
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS Nota 16.1	11.445,25	24.119,65
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS Nota 16.2	210.357,91	347.502,83
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS Nota 16.3	200.055,15	175.975,60
DIVERSAS Nota 16.4	1.171.650,27	1.082.236,28
NÃO CIRCULANTE	579.418,63	67,52
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES Nota 15	579.166,82	-
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	579.166,82	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	251,81	67,52
DIVERSAS Nota 16.4	251,81	67,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO Nota 18	11.266.294,54	11.754.625,97
CAPITAL SOCIAL	9.586.267,92	9.370.003,23
FUNDO DE RESERVA	1.841.677,77	1.841.677,77
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(161.651,15)	542.944,97
TOTAL DO PASSIVO	70.937.467,34	58.295.397,57

As Notas Explanatórias são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR GERALMAGNA GOMES MATOS
DIRETOR ADMINISTRATIVOVALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA

SICOOB NORTE SUL

CNPJ: 02.876.918/0001-24

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em Reais - R\$)

		2º SEM 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	Nota 19	6.385.496,65	11.929.669,50	10.147.898,40
Operações de Crédito		6.300.190,95	11.805.714,18	10.147.897,68
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		85.305,70	123.955,32	0,72
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(2.951.665,37)	(7.182.020,21)	(4.988.914,70)
Operações de Captação no Mercado	Nota 13.b	(996.662,00)	(1.947.183,42)	(1.534.009,95)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	Nota 15.a	(102.028,16)	(195.652,39)	(58.012,68)
Provisão para Operações de Créditos		(1.852.975,21)	(5.039.184,40)	(3.396.892,07)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.433.831,28	4.747.649,29	5.158.983,70
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.881.625,25)	(4.459.545,63)	(4.097.567,04)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	Nota 20	1.545.869,32	2.895.391,46	1.946.537,98
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	Nota 21	1.268.564,10	2.589.917,92	2.425.022,43
Dispêndios/Despesas de Pessoal	Nota 22	(2.570.429,44)	(5.096.542,30)	(4.763.029,74)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	Nota 23	(2.796.447,91)	(5.334.204,01)	(4.497.015,55)
Dispêndios/Despesas Tributárias	Nota 24	(174.327,09)	(303.742,66)	(163.849,67)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	Nota 6	474.223,55	898.909,20	1.014.864,56
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	Nota 25	1.244.575,30	2.146.022,39	741.730,54
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	Nota 26	(873.653,08)	(2.255.297,63)	(801.827,59)
RESULTADO OPERACIONAL		1.552.206,03	288.103,66	1.061.416,66
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	115,80	1.275,54
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		1.552.206,03	288.219,46	1.062.692,20
Imposto de Renda e Contribuição Social		(286.002,72)	(449.870,61)	(172.618,46)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.266.203,31	(161.651,15)	890.073,74
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		-	-	(347.128,77)
FATES		-	-	(44.503,69)
FUNDO DE RESERVA		-	-	(302.625,08)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS		1.266.203,31	(161.651,15)	542.944,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR GERAL**MAGNA GOMES MATOS**
DIRETOR ADMINISTRATIVO**VALMIR LIMA SILVA**
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA
SICOOB NORTE SUL
CNPJ: 02.876.918/0001-24

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O 2o. SEMESTRE DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos Reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2017	8.338.149,75	1.539.052,69	621.801,02	10.499.003,46
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	618.830,37		(618.830,37)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados			(2.970,65)	(2.970,65)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.122.982,09			1.122.982,09
Por Devolução (-)	(709.958,98)			(709.958,98)
Sobras ou Perdas Líquidas			890.073,74	890.073,74
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		302.625,08	(302.625,08)	-
F A T E S			(44.503,69)	(44.503,69)
Saldos em 31/12/2018	9.370.003,23	1.841.677,77	542.944,97	11.754.625,97
Saldo em 31/12/2018	9.370.003,23	1.841.677,77	542.944,97	11.754.625,97
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	539.223,12		(539.223,12)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados			(3.721,85)	(3.721,85)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	854.568,60			854.568,60
Por Devolução (-)	(1.177.527,03)			(1.177.527,03)
Sobras ou Perdas Líquidas			(161.651,15)	(161.651,15)
Saldos em 31/12/2019	9.586.267,92	1.841.677,77	(161.651,15)	11.266.294,54
Saldo em 30/06/2019	10.004.375,56	1.841.677,77	(1.427.854,46)	10.418.198,87
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	370.767,31			370.767,31
Por Devolução (-)	(788.874,95)			(788.874,95)
Sobras ou Perdas Líquidas			1.266.203,31	1.266.203,31
Saldos em 31/12/2019	9.586.267,92	1.841.677,77	(161.651,15)	11.266.294,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR GERAL

MAGNA GOMES MATOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA
SICOOB NORTE SUL
CNPJ: 02.876.918/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em Reais - R\$)

	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.552.206,03	288.219,46	1.062.692,20
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	1.787.181,12	5.020.820,65	3.629.583,21
Despesas de depreciação e amortização.....	220.208,63	431.506,86	405.309,60
Apuração de resultado da contribuição social - CSLL.....	(111.751,02)	(177.701,48)	(79.583,67)
Apuração de resultado da contribuição social - IRPJ.....	(174.251,70)	(272.169,13)	(93.034,79)
Provisão para Operações de Crédito.....	1.852.975,21	5.039.184,40	3.396.892,07
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(1.126.774,15)	2.098.758,21	(5.267.889,92)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(85.305,31)	(3.123.954,63)	-
Operações de crédito.....	(3.038.572,38)	(7.334.742,12)	(13.550.215,71)
Outros créditos.....	(99.397,34)	(225.471,69)	32.198,07
Outros valores e bens.....	(388.171,06)	(347.474,55)	(61.761,17)
Depósitos	3.899.466,12	10.166.976,43	10.551.283,18
Obrigações por empréstimos e repasses.....	(1.229.478,55)	3.035.237,65	-
Outras obrigações	(181.277,47)	(36.141,49)	359.734,92
Relações interfinanceiras.....	-	-	(2.663.783,04)
Relações interdependências.....	(4.038,16)	(35.671,39)	64.653,83
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.212.613,00	7.407.798,32	(575.614,51)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Investimentos.....	-	-	2.573,10
Baixa/Alienação de imobilizado de uso.....	1.291,04	1.291,04	949,01
Aquisição de investimentos.....	(172.256,26)	(356.415,21)	(267.190,96)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(54.759,30)	(211.547,89)	(564.554,68)
Aplicação no Intangível.....	(940,90)	(3.473,59)	(13.860,40)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(226.665,42)	(570.145,65)	(842.083,93)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	(418.107,64)	(326.680,28)	365.548,77
Aumento por novos aportes de Capital.....	370.767,31	854.568,60	1.122.982,09
Devolução de Capital à Cooperados.....	(788.874,95)	(1.177.527,03)	(709.958,98)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(3.721,85)	(2.970,65)
FATES Sobras Exercício.....	-	-	(44.503,69)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(418.107,64)	(326.680,28)	365.548,77
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.567.839,94	6.510.972,39	(1.052.149,67)
Aumento/variação líquida de caixa e de equivalentes de caixa	1.567.839,94	6.510.972,39	(1.052.149,67)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	18.950.911,68	14.007.779,23	15.059.928,90
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Nota 4.....	20.518.751,62	20.518.751,62	14.007.779,23

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
 DIRETOR GERAL

MAGNA GOMES MATOS
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
 CONTADOR
 CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA DE CREDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL

CNPJ:02.876.918/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/05/1998**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE SUL** possui a agência sede localizada em **GANDU-BA** e **7 Postos de Atendimento (PAs)** nas seguintes localidades: **NAZARÉ - BA, MARAGOGIPE - BA, CRUZ DAS ALMAS - BA, INHAMBUPE - BA, ALAGOINHAS - BA, RIO REAL - BA, IRARÁ - BA**.

O **SICOOB NORTE SUL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda

possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	926.634,21	378.415,02
Numerário em Trânsito	220.000,00	-
Depósitos Bancários	525.597,79	10.943,41
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira	18.846.519,62	13.618.420,80
TOTAL	20.518.751,62	14.007.779,23

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	
Vinculados a Prestação de Garantias	-	3.123.954,63	-
TOTAL	-	3.123.954,63	

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL BA**, com remuneração de, aproximadamente, 98 a 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários no exercício de 2019 foram de R\$ 123.955,32 (R\$ 0,72 em 2018).

6. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	
Centralização Financeira	18.846.519,62		13.618.420,80
TOTAL	18.846.519,62		13.618.420,80

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL BA** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram, respectivamente, **R\$ 898.909,20** e **R\$ 1.014.864,56** com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositantes	167.061,49		167.061,49	256.131,82
Cheque Especial	692.758,69		692.758,69	815.936,83
Conta Garantida	686.441,69		686.441,69	1.029.351,24
Títulos Descontados	244.655,49		244.655,49	798.563,89
Cheques Descontados	1.112.307,94		1.112.307,94	1.756.805,33
Empréstimos	13.518.637,46	20.830.426,62	34.349.064,08	28.674.504,20
Financiamentos	1.020.613,98	1.191.812,30	2.212.426,28	2.683.699,45
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.876.506,84	66.668,43	5.943.175,27	7.472.547,33
Total de Operações de Crédito	23.318.983,58	22.088.907,35	45.407.890,93	43.487.540,09
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.738.900,93)	(1.115.917,11)	(3.854.818,04)	(4.230.024,92)
TOTAL	20.580.082,65	20.972.990,24	41.553.072,89	39.257.515,17

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / CH Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	1.198.007,91	183.524,57	-	-	1.381.532,48	-	1.373.374,95	-
A 0,5%	16.070.746,63	393.214,61	754.733,88	3.192.950,11	20.411.645,23	(102.058,23)	17.130.448,05	(85.652,24)
B 1%	Normal 8.567.968,95	97.172,84	604.583,36	1.865.200,98	11.134.926,13	(111.349,26)	14.766.237,70	(147.662,38)
B 1%	Vencidas 150.258,35	1.484,55	0,00	165.480,93	317.223,83	(3.172,24)	60.213,95	(602,14)
C 3%	Normal 4.412.420,37	404.069,84	359.107,44	501.362,19	5.676.959,84	(170.308,80)	3.437.279,88	(103.118,40)
C 3%	Vencidas 913.842,30	18.922,88	34.571,79	0,00	967.336,97	(29.020,11)	731.207,89	(21.936,24)
D 10%	Normal 806.364,22	49.201,86	165.759,10	35.451,20	1.056.776,38	(105.677,64)	575.041,28	(57.504,13)

D	10%	Vencidas	412.763,78	67.020,57	36.355,67	58.331,07	574.471,09	(57.447,11)	173.780,20	(17.378,02)
E	30%	Normal	124.706,54	12.952,35	129.186,69	0,00	266.845,58	(80.053,67)	677.960,14	(203.388,04)
E	30%	Vencidas	241.548,39	32.246,03	19.350,90	18.215,14	311.360,46	(93.408,14)	1.093.221,91	(327.966,57)
F	50%	Normal	81.656,55	14.809,62	26.105,14	0,00	122.571,31	(61.285,66)	61.518,35	(30.759,18)
F	50%	Vencidas	97.933,02	20.216,74	0,00	0,00	118.149,76	(59.074,88)	199.652,25	(99.826,13)
G	70%	Normal	75.034,58	13.496,02	0,00	17.737,71	106.268,31	(74.387,82)	75.460,11	(52.822,08)
G	70%	Vencidas	113.919,64	19.953,75	46.959,14	0,00	180.832,53	(126.582,77)	169.114,39	(118.380,07)
H	100%	Normal	316.642,09	62.705,44	6.408,56	0,00	385.756,09	(385.756,79)	200.354,49	(200.354,75)
H	100%	Vencidas	2.122.214,19	155.270,20	29.304,61	88.445,94	2.395.234,94	(2.395.234,94)	2.762.674,55	(2.762.674,55)
Total Normal			31.653.547,84	1.231.147,15	2.045.884,17	5.612.702,19	40.543.281,35	(1.090.877,86)	38.297.674,95	(881.261,20)
Total Vencidos			4.052.479,67	315.114,72	166.542,11	330.473,08	4.864.609,58	(2.763.940,19)	5.189.865,14	(3.348.763,72)
Total Geral			35.706.027,51	1.546.261,87	2.212.426,28	5.943.175,27	45.407.890,93	(3.854.818,04)	43.487.540,09	(4.230.024,92)
Provisões			(3.220.032,69)	(299.727,99)	(168.039,77)	(167.017,59)	(3.854.818,04)		(4.230.024,92)	
Total Líquido			32.485.994,82	1.246.533,88	2.044.386,51	5.776.157,68	41.553.072,89		39.257.515,17	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Conta Corrente	1.546.261,87	-	-	1.546.261,87
Cheques Descontados	1.039.108,60	73.199,34	-	1.112.307,94
Títulos Descontados	233.825,15	10.830,34	-	244.655,49
Empréstimos	5.285.956,85	8.232.680,61	20.830.426,62	34.349.064,08
Financiamentos	311.900,56	708.713,42	1.191.812,30	2.212.426,28
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	806.175,41	5.070.331,43	66.668,43	5.943.175,27
TOTAL	9.223.228,44	14.095.755,14	22.088.907,35	45.407.890,93

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.793.606,59	144.754,21	0,00	2.938.360,80	6%
Setor Privado - Indústria	38.939,04	48.591,41	0,00	87.530,45	-
Setor Privado - Serviços	7.790.633,17	621.630,35	0,00	8.412.263,52	19%
Pessoa Física	26.166.875,93	1.372.782,44	5.943.175,27	33.482.833,64	74%
Outros	462.234,65	24.667,87	-	486.902,52	1%
TOTAL	37.252.289,38	2.212.426,28	5.943.175,27	45.407.890,93	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(4.230.024,92)	(2.631.266,63)
Constituições/Reversões no período	(4.891.110,07)	(3.270.681,13)
Transferência para prejuízo/Reversões de prejuízo no período	5.266.316,95	1.671.922,84
TOTAL	(3.854.818,04)	(4.230.024,92)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	650.467,66	1,43%	1.308.995,61	3,00%
10 Maiores Devedores	4.717.062,91	10,35%	6.156.718,80	14,12%
50 Maiores Devedores	11.069.513,04	24,29%	14.043.313,11	32,21%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	7.663.955,40	6.452.949,74
Valor das operações transferidas no período	5.266.316,95	1.744.722,61
Valor das operações de outros créditos transferidas no período	115.932,68	-
Valor das operações recuperadas no período	(1.184.924,49)	(493.616,17)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(565.141,11)	(40.100,78)
TOTAL	11.296.139,43	7.663.955,40

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2019 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 9.090.227,96, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	178.803,37	117.218,31
Rendas a Receber	67.250,25	64.288,41
Serviços prestados a receber	3.064,44	4.497,08
Outras rendas a receber	588,31	356,30
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	63.597,50	59.435,03
Diversos	507.248,60	316.910,64
Adiantamentos e antecipações salariais	315,29	14.604,54
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.050,00	9.257,56
Adiantamentos por conta de imobilizações	1.856,34	1.000,00
Devedores por depósitos em garantia	21.257,02	-
Impostos e contribuições a compensar	8.190,14	8.190,14
Pagamentos a resarcir	131.992,99	24.080,03
Títulos e créditos a receber (c)	266.516,68	223.603,37
Devedores diversos - país	75.070,14	36.175,00
(-) Provisões para outros créditos	(125.795,62)	(96.382,45)
(-) Avais e Fianças Honradas (d)	(119.436,59)	(87.745,67)
(-) Sem características de concessão de crédito	(5.663,54)	(5.938,48)
(-) Provisão para tarifas pendentes	(695,49)	(2.698,30)
TOTAL	627.506,60	402.034,91

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração da centralização financeira a receber referente ao mês de dezembro de 2019, a ser recebido em janeiro/2020.

(c) Refere-se a tarifas bancárias a receber.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30% Normal	39.901,54	39.901,54	(11.970,46)	26.865,99	(8.059,80)
E 30% Vencidas	19.811,75	19.811,75	(5.943,53)	7.935,99	(2.380,80)
F 50% Normal	595,77	595,77	(297,89)	580,63	(290,32)
F 50% Vencidas	11.892,66	11.892,66	(5.946,33)	6.378,97	(3.189,49)
G 70% Normal	949,54	949,54	(664,68)	-	-
G 70% Vencidas	36.794,82	36.794,82	(25.756,42)	5.438,34	(3.806,87)
H 100% Normal	2.228,32	2.228,32	(2.228,32)	423,54	(423,54)
H 100% Vencidas	66.628,97	66.628,97	(66.628,97)	69.594,85	(69.594,85)
Total Normal	43.675,17	43.675,17	(15.161,35)	27.870,16	(8.773,66)
Total Vencidos	135.128,20	135.128,20	(104.275,25)	89.348,15	(78.972,01)
Total Geral	178.803,37	178.803,37	(119.436,59)	117.218,31	(87.745,67)
Provisões	(119.436,59)	(119.436,59)		(87.745,67)	
Total Líquido	59.366,78	59.366,78		29.472,69	

9. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	406.200,00	6.200,00
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(6.200,00)	(6.200,00)
Despesas Antecipadas (c)	55.633,81	109.159,26
TOTAL	456.633,81	109.159,26

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se, substancialmente, os valores de seguros de transporte de valores e patrimonial (R\$ 54.323,14).

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ações Sicoob Central BA	2.150.605,23	1.915.711,92
Ações Bancoob	1.003.316,48	881.794,58
TOTAL	3.153.921,71	2.797.506,50

11. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Instalações	10%	548.500,93	539.196,42
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(437.218,95)	(329.403,34)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.177.017,43	1.109.827,21
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(447.903,96)	(336.517,11)
Sistema de Comunicação	10%	95.989,01	92.881,69
Sistema de Processamento de Dados	20%	970.331,83	861.645,73
Sistema de Segurança	10%	497.357,51	475.468,82
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(925.404,21)	(752.382,49)
TOTAL		1.478.669,59	1.660.716,93

12. Intangível

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outros ativos intangíveis	480.312,20	476.838,61
(-) Amortização acum. de ativos intangíveis	(455.355,71)	(416.153,04)
TOTAL	24.956,49	60.685,57

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações,

ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	18.842.836,66		15.480.268,53	
Depósito Sob Aviso	40.788,32	0,41%	41.054,70	0,50%
Depósito a Prazo	36.124.220,13	0,34%	29.319.545,45	0,44%
TOTAL	55.007.845,11		44.840.868,68	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.818.420,05	3,34%	1.359.638,91	3,08%
10 Maiores Depositantes	8.315.084,49	15,28%	7.837.020,14	17,72%
50 Maiores Depositantes	17.883.143,82	32,86%	15.781.970,49	35,69%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(2.791,19)	(3.140,36)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.870.162,15)	(1.472.417,80)
Despesa de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(74.230,08)	(58.451,79)
TOTAL	(1.947.183,42)	(1.534.009,95)

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança de Terceiros em Trânsito	1.161,58	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	33.168,07	70.001,04
TOTAL	34.329,65	70.001,04

(a) Trata-se de valores dos consignados junto a prefeituras.

15. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	100% CDI	04/2021	2.456.070,83	579.166,82
TOTAL			2.456.070,83	579.166,82

a) As despesas de juros sobre esses empréstimos resultaram, em 2019, no montante de R\$ 195.652,39 (R\$ 58.012,68 em 2018), apresentado na Demonstração de Sobras e Perdas na linha “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.445,25	-	24.119,65	-
Sociais e Estatutárias	210.357,91	-	347.502,83	-
Fiscais e Previdenciárias	200.055,15	-	175.975,60	-
Diversas	1.171.650,27	251,81	1.082.236,28	67,52
TOTAL	1.593.508,58	251,81	1.629.834,36	67,52

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IOF A recolher	5.618,53	20.715,19
Recebimentos de tributos estaduais e municipais	5.826,72	3.404,46
TOTAL	11.445,25	24.119,65

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados	28,82	44.590,11
Resultado de Atos com não Associados	9,59	9,59
Cotas de Capital a Pagar (a)	210.319,50	302.903,13
TOTAL	210.357,91	347.502,83

(a) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	40.013,40	24.921,16
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	30.640,73	22.951,37
Impostos e Contribuições sobre Salários	104.052,67	108.148,12
Outros (a)	25.348,35	19.954,95
TOTAL	200.055,15	175.975,60

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 1.954,68), ISSQN s/ atos não cooperativos (R\$ 10.704,64), PIS s/ faturamento (R\$ 1.728,07) e COFINS s/ faturamento (R\$ 10.960,96).

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos - Fornecedores	1.212,31	-	411,72	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros - Salários	19.654,79	-	16.311,01	-
Provisão Despesas com Pessoal (a)	348.440,32	-	365.916,73	-
Provisão Outras Despesas Administrativas (b)	207.846,33	-	298.003,93	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	72.894,92	251,81	65.187,46	67,52
Credores Diversos – País (d)	521.601,60	-	336.405,43	-
TOTAL	1.171.650,27	251,81	1.082.236,28	67,52

(a) Refere-se, basicamente, ao saldo da provisão de férias a pagar dos colaboradores da cooperativa.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de: água/energia/gás (R\$ 18.160,68); aluguéis (R\$ 35.863,16); assessoria técnica (R\$ 835,00), comunicações (R\$ 16.583,37); segurança e vigilância (R\$ 36.733,93); transporte (R\$ 8.064,94); seguro (R\$ 660,00); condomínio (R\$ 936,00); serviços gráficos (R\$ 311,50); compensação (R\$ 34.821,41); estagiários a pagar

(R\$ 1.663,39); seguro prestamista (R\$ 44.484,75); outras despesas administrativas (R\$ 8.395,70) e ordem de pagamento – encerramento conta salário (R\$ 295,50); outros pagamentos (R\$ 40,00).

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.456.765,00 (R\$ 3.034.905,09 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Referem-se às provisões: pendências (R\$ 127.325,74); diferença de caixa (R\$ 3.260,88); créditos de terceiros (R\$ 55.540,86); cheques depositados (R\$ 87.876,68); credores diversos – liquidação de cobrança (R\$ 247.597,44).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB NORTE SUL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	9.586.267,92	9.370.003,23
Associados	13.354	11.602

18.2 Fundo de Reserva

Constituído pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 34%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

18.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2019 os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 542.944,97.

19. Ingressos/Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	423.587,60	353.429,93
Rendas de Empréstimos	7.947.099,52	7.098.319,59
Rendas de Títulos Descontados	737.243,61	793.276,13
Rendas de Financiamentos	554.827,38	577.638,35
Rendas de Financiamentos Rurais	943.815,08	802.491,52
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.199.140,99	522.742,16
Rendas de Títulos de Renda Fixa	123.955,32	0,72
Total de Ingressos de Intermediação Financeira	11.929.669,50	10.147.898,40

20. Ingressos/Receitas das Prestações de Serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	916.455,77	685.234,58
Outras rendas de serviços - Atos cooperativos (a)	95.591,74	77.608,23
Outras rendas de serviços - Atos não cooperativos (b)	1.883.343,95	1.183.695,17
TOTAL	2.895.391,46	1.946.537,98

(a) Composto por receitas de anuidade de cartões, receitas de venda de consórcios e receita de venda de seguros com associados.

(b) Composto por receitas de convênios, intercâmbio de cartões, receita Sipag credenciamento, comissão de cartões de crédito, receita com venda de consórcios, receita com venda de seguros, comissionamento poupança e comissão consignado INSS.

21. Rendas/Ingressos de Tarifas Bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	751.762,05	732.376,10
Rendas de Serviços Prioritários - PF	382.963,32	337.079,85
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	-	935,54
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.455.192,55	1.354.630,94
TOTAL	2.589.917,92	2.425.022,43

22. Dispêndios/Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(40.936,50)	(37.015,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(452.194,59)	(377.275,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(761.957,61)	(704.169,03)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(970.266,26)	(956.882,79)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.768.108,39)	(2.599.765,47)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(17.923,90)	(8.530,20)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(85.155,05)	(79.392,25)
TOTAL	(5.096.542,30)	(4.763.029,74)

23. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(146.953,14)	(131.364,36)
Despesas de Aluguéis	(442.476,35)	(411.210,81)
Despesas de Comunicações	(200.618,32)	(266.728,89)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(40.741,83)	(67.341,07)
Despesas de Material	(47.154,69)	(68.975,43)
Despesas de Processamento de Dados	(494.768,15)	(329.553,85)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(85.379,16)	(128.605,12)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(110.244,76)	(62.882,45)
Despesas de Publicações	(720,00)	(640,00)
Despesas de Seguros	(87.729,44)	(77.694,14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(935.725,89)	(604.685,06)
Despesas de Serviços de Terceiros	(243.342,74)	(206.152,20)

Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(574.348,16)	(518.244,12)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(159.249,83)	(100.446,54)
Despesas de Transporte	(101.122,02)	(57.559,16)
Despesas de Viagem ao Exterior	(636,00)	-
Despesas de Viagem no País	(166.063,90)	(194.257,98)
Despesas de Amortização	(39.202,67)	(62.389,32)
Despesas de Depreciação	(392.304,19)	(342.920,28)
Outras Despesas Administrativas	(105.061,15)	(106.830,32)
Emolumentos judiciais e cartorários	(141.261,52)	(116.819,61)
Contribuição a OCE	(19.698,49)	(16.872,70)
Rateio de despesas da Central	(684.321,15)	(551.048,21)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(115.080,46)	(73.793,93)
TOTAL	(5.334.204,01)	(4.497.015,55)

24. Dispêndios/Despesas Tributáveis

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras Despesas Tributárias	(41.195,44)	(11.575,86)
Desp. De Imposto s/ Serv. De Qualquer Natureza - ISSQN	(94.184,78)	(54.797,94)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(123.924,66)	(62.638,99)
Despesa de Contribuição ao PIS/PASEP	(24.300,03)	(24.658,05)
Despesa de Contribuição ao PIS Receitas	(20.137,75)	(10.178,83)
TOTAL	(303.742,66)	(163.849,67)

25. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	18.846,93	19.789,58
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	121.552,73	5.501,43
Dividendos	121.526,27	92.653,64
Deduções e Abatimentos	2.986,52	276,36
Distribuição de Sobras da Central	13.579,83	61.609,25
Juros ao Capital da Central BA	117.391,35	-
Atualização Depósitos Judiciais	-	2.229,07
Outras Rendas Operacionais	216.170,92	18.292,29
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito (a)	1.533.967,84	541.378,92
TOTAL	2.146.022,39	741.730,54

(a) Elevação na receita de Sipag faturamento e antecipação, juros e multas de cartão de crédito.

26. Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(8.726,54)	(3.345,35)
Despesas de Provisões Passivas	(129.444,48)	(20.782,57)
Outras Despesas Operacionais (a)	(1.536.331,16)	(247.679,60)
Descontos concedidos - operações de crédito	(12.038,50)	(14.745,39)
Cancelamento - tarifas pendentes	(568.756,95)	(515.274,68)
TOTAL	(2.255.297,63)	(801.827,59)

(a) O saldo refere-se substancialmente a perdas com fraudes internas (R\$ 1.050.646,98).

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	855.713,95	0,91%	2.199,20
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	230.019,83	0,24%	1.772,36
TOTAL	1.085.733,78	1,16%	3.971,56
Montante das Operações Passivas	914.186,34	2,09%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	185.443,31	9,64	23,76%
Crédito Rural	294.423,45	2.069,92	4,95%
Empréstimo	159.399,42	611,87	0,46%
Financiamento	18.624,42	93,12	0,84%
Títulos Descontados	28.813,50	3,29	2,12%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	64.871,98	0,34%	-
Depósitos a Prazo	1.056.598,47	2,92%	0,36%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,75%
Empréstimos	1,72%
Financiamento	1,65%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,31% do CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	0,35%
Empréstimos e Financiamentos	0,64%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,31%
Credito Rural (modalidades)	2,09%
Aplicações Financeiras	96,31% do CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	3.612,40
Crédito Rural	375.478,87
Empréstimo	97.497,34

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
126.161,73	49.292,44

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários	(362.423,59)
Cédulas de presença Conselho Fiscal	(40.936,50)
Cédulas de presença Conselho Administrativo	(89.771,00)
INSS	(98.626,52)
Plano de Saúde	(7.834,96)

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 31/12/2019 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 07/02/2020, com opinião sem modificação.

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	50.579.960,52	43.292.376,91
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	8.298.695,60	9.039.224,82
Índice de Basileia %	16,41%	20,88%
Razão de Alavancagem (RA) %	11,39%	14,97%
Índice de imobilização %	17,82%	18,37%

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB NORTE SUL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 350.588,38. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Gandu, Bahia.

Gabriel dos Santos Chagas
Diretor Operacional

Magna Gomes Matos
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº 023450/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia LTDA - Sicoob Norte Sul, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2019, declara que examinou as Demonstrações Contábeis da Instituição, as quais apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a veracidade das informações e refletem a situação e a posição patrimonial e financeira das atividades desenvolvidas no exercício em 31 de dezembro de 2019. Apesar do resultado negativo este Conselho observa a seriedade que foi tratado o problema e a devida superação em quase sua totalidade e com base na análise, recomenda a aprovação sem ressalvas, das demonstrações relativas ao período, estando livres de distorção relevante, apresentam a realidade dos fatos contábeis.

Gandu/BA, 25 de março de 2020.

Ronaldo Lopes Rodrigues
Coordenador

Valdivia Carla de Albuquerque Dias Cunha
Secretário

Renato Dias Souza
Membro Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. - Sicoob Norte Sul
Gandu - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. - Sicoob Norte Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Norte Sul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 13 de março de 2020.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sófocles Barbosa de Oliveira".

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804